

## **POR UMA COOPERAÇÃO SUSTENTÁVEL**

ALFREDO CALDEIRA

Administrador do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares  
[acaldeira@fmsoares.pt](mailto:acaldeira@fmsoares.pt)

### **Resumo**

1. A cooperação com a Guiné-Bissau e Cabo Verde tem sido uma das prioridades de intervenção da Fundação Mário Soares nos últimos dez anos, a par de iniciativas levadas a cabo em outros países da CPLP.
2. Realidades diferentes exigem soluções diferentes – estamos a falar de arquivos em situações (institucionais e organizativas) diferentes, ainda que, muitas vezes, complementares, quer no período colonial, quer no período da luta de libertação, quer em fases do seu percurso como países independentes.
3. A introdução das novas tecnologias de informação e a capacitação dos quadros locais representam traços comuns das necessidades de ambos os países e que, como tal, têm sido fundamentais no desenho das acções programadas.
4. Neste sentido, a Fundação Mário Soares interveio em ambas as situações com propostas diferenciadas mas de base similar: equipamento + formação + divulgação.
5. Em ambos os casos, o acolhimento das instituições e dos seus funcionários revelou-se positivo – tendo, designadamente, em vista:
  - 5.1. A salvaguarda de documentação historicamente relevante e/ou em perigo;
  - 5.2. A possibilidade de disponibilizar na internet grande parte dessa documentação;
  - 5.3. A divulgação, através de exposições e colóquios, das principais riquezas desses arquivos.
6. Soluções relativamente simples e partilhadas como as levadas a cabo nestes e noutros países da CPLP permitem encarar o desenvolvimento futuro da cooperação a partir de bases mais sólidas e inovadoras.
7. O reforço das acções de cooperação, e a sua sustentabilidade conjunta, exige a definição prévia de objectivos e de calendários, de meios técnicos, humanos e financeiros a afectar a cada projecto e exige também o seu cumprimento atempado e a sua monitorização regular – de nada servem acções fugazes e alheadas de uma estratégia definida oportunamente.
8. É assim que se tem vindo a preparar uma plataforma comum na internet para agregar documentação de diversas instituições (públicas e privadas) de diversos países da CPLP, reforçando também os instrumentos de tratamento local desses documentos e acolhendo informação contextual (cronologias, estudos, biografias, etc.) que ajude ao acesso e melhor compreensão dos conteúdos disponibilizados e que são, afinal, os testemunhos da nossa memória histórica.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, Guiné-Bissau, FMS, arquivos, memória

\*

À colonização sucedeu a descolonização. Mas a verdade é que a colonização nunca deu de mão beijada a administração, a posse, dos territórios dominados e das suas riquezas e mercados. E, por isso, a descolonização nunca foi um ato pacífico, ainda que, em alguns casos, possa ter decorrido em aparente consenso formal.

É por estas razões que os países saídos do domínio colonial dificilmente poderiam assumir de modo duradouro as responsabilidades da **desconformidade** em que estavam mergulhados – as situações coloniais geraram mundos paralelos em todos os domínios: de um lado, o pequeno e próspero mundo dos

colonizadores, do outro lado, o imenso e despossuído mundo dos colonizados, para além de eventuais pequenas franjas (muito pequenas) de quadros a que os colonizadores apelidavam de *assimilados*.

Esta realidade, esta **desconformidade** (do ensino, da saúde, da justiça, da habitação, do comércio, etc.) foi ainda agravada pela inequívoca e violenta destruição secular das bases culturais dos povos que habitavam esses territórios.

Chegados à independência, o que encontraram, na generalidade? Uns quantos palácios e armazéns vazios, instituições concebidas e organizadas para o exercício da *missão civilizadora* (ou seja, da supremacia da raça branca) sobre as populações colonizadas, práticas e modos de funcionamento no mínimo desajustadas às novas realidades.

E o que tinham para defrontar e dominar essas realidades? Ausência generalizada de quadros políticos, administrativos e técnicos, permanência de práticas corruptas ou de cópia mimética dos antecessores, modelos de importação rápida (geralmente apresentados como cooperação) e igualmente desajustados.

E, no entanto, na generalidade desses países, após as independências surgiram numerosas tentativas de “nacionalização” de muitos aspetos determinantes da sua vida social e cultural, em sucessivos esforços para implantar uma nova ordem, para adaptar ou criar novas instituições, com o objetivo de recuperar tradições e valores, de olhar criticamente as respetivas realidades nacionais, de abrir perspetivas futuras.

Neste esforço, a salvaguarda e a (re)construção da memória coletiva assumiu carácter fundamental, pelo menos no discurso oficial. Talvez que aí a memória colonial – especialmente expressa nos arquivos, bibliotecas e museus – não tenha, compreensivelmente, sido uma prioridade, remetida quantas vezes para o nível da questão da manutenção, ou não, das estátuas e outros símbolos erguidos pelos colonizadores.

E é assim que, no caso das ex-colónias portuguesas, como sabemos de descolonização tardia e apressada, não foi fácil desenhar sequer uma cooperação estável e de objetivos partilhados (basta atentar na dança de designações com que Portugal se entreteve, e entretém, a crismar essa cooperação).

Por outro lado, a esmagadora fatia das ações de cooperação incidiram especialmente na vertente económico-financeira, fosse ela de reforço estrutural dos novos Estados, designadamente em matéria militar e de segurança, fosse de implantação empresarial, fosse ainda de apoios esparsos à intervenção de algumas ONG.

A cooperação de cariz cultural raramente ultrapassou o universo escolar, do cimento à colocação de professores – quase sempre sob a capa diáfana do reforço da língua portuguesa.

Outras intervenções na mesma área, muitas vezes, aliás, de origem não-estatal, incidiram primordialmente sobre o património e o seu restauro. E, no entanto, serão incontáveis os relatórios de missões nesses países, sem que se conheça muitas vezes a respetiva sequência e, sobretudo, sem que se vejam realizados no terreno os objetivos enunciados.

O contexto aqui sumariamente descrito e o conhecimento das necessidades reais desses países levaram a Fundação Mário Soares a estabelecer uma atuação continuada no campo específico do que poderíamos chamar de **Salv guarda da Memória**, contemplando não apenas o resgate da memória comum, como também tentando dar resposta às carências suscitadas pelas instituições locais e em estreita articulação com as mesmas.

Situações diferentes exigem soluções diferentes – a cooperação desenvolvida pela Fundação Mário Soares com a Guiné-Bissau e Cabo Verde, inserida no âmbito mais vasto da cooperação com países e instituições da CPLP, expressa realidades diferentes e caracteriza-se por um diferente calendário.

Mas creio que as ações desenvolvidas seguiram, de um modo geral, um mesmo percurso, caracterizado, também, pela economia de meios:

1. Salvar arquivos e outros testemunhos ameaçados pelas circunstâncias ou pela própria ausência de adequadas condições de conservação, intervindo a pedido das instituições locais;
2. Tratar e formar, incluindo sempre a introdução de meios informáticos, quer ao nível da gestão dos arquivos, quer ao nível da sua reprodução, quer na formação de quadros locais;
3. Disponibilizar, quer localmente, quer via Internet, a documentação tratada;
4. Lançar ou apoiar iniciativas de estudo e debate – colóquios, simpósios e outras realizações de natureza similar, que permitam também pôr em evidência a relevância dos arquivos salvaguardados e recuperados;
5. Patrocinar ou estabelecer parcerias que permitam reabilitar a memória, quer através da recolha de testemunhos, quer organizando exposições, quer implantando núcleos museológicos.

São múltiplos os exemplos. Vejamos, sinteticamente, três deles:

**Arquivo Amílcar Cabral** – resgatado em condições muito difíceis, e em parceria com entidades públicas e privadas da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, foi objeto de digitalização e classificação, aberto gradualmente à consulta na Cidade da Praia e em Lisboa, parcialmente disponibilizado na Internet (será integralmente aberto em 20 de Janeiro de 2013), originou exposições que percorreram diferentes países e contribuiu para

a organização de simpósios e debates de relevância internacional, sustentando ainda a produção de número avultado de trabalhos académicos sobre as temáticas desse Arquivo.

**Memória do Campo de Concentração do Tarrafal** – após recuperação de documentação e testemunhos em vários países (Portugal, Guiné-Bissau e Cabo Verde), tratados com recurso a meios informáticos disponibilizados, constituiu o ponto de partida da salvaguarda das próprias instalações do campo, da instalação nele de uma exposição permanente, da organização de um Simpósio que reuniu sobreviventes de Portugal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola e recebeu numerosas intervenções de carácter cívico e historiográfico, dando ainda lugar à produção de um documentário (essencialmente virado para a 2.ª fase de funcionamento do campo, a dos presos das ex-colónias). Está ainda a ser ultimado, em suporte digital, um Centro de Documentação Histórica sobre o campo de concentração.

**Guiledje: Na rota da Independência da Guiné-Bissau** – a recuperação da memória de sobreviventes das batalhas em volta do quartel de Guiledje (designadamente, combatentes portugueses, guineenses, cabo-verdianos e cubanos) e a sistematização de documentos de interesse direto e de contextualização, permitiram organizar, em parceria com entidades públicas e privadas de diversos países, e designadamente a ONG “AD-Ação para o Desenvolvimento”, um Simpósio Internacional de grande impacto na sociedade guineense. Essa iniciativa permitiu depois lançar um núcleo museológico no próprio local do antigo quartel português, recolhendo materiais de diferentes proveniências e instalando meios informáticos e audiovisuais referentes aos momentos ali vividos durante a guerra colonial.

Como podem verificar, estas intervenções seguiram de perto as 5 condições acima enunciadas, que consideramos complementares e cuja unidade permite estabelecer, a custos razoavelmente reduzidos, o que entendemos ser uma cooperação sustentável e partilhada.

Na verdade, e de acordo com o título de uma outra exposição entretanto organizada em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, entendemos que ***o Património não é só pedra*** – é Cultura, é História, são Vidas, são Lutas comuns. E, por isso, as ações de cooperação devem investir com maior empenho no terreno do Dever de Memória, da Cultura e da nossa língua comum, sem esquecer quantos falam outras línguas e sem esquecer a diversidade das culturas e das gentes.

Finalmente, gostaria de evocar outra orientação do nosso trabalho, que de algum modo completa e conjuga estas intervenções: a criação, em parceria com diferentes arquivos da CPLP, de uma plataforma na Internet essencialmente destinada a afirmar uma comunidade de arquivos de língua portuguesa, que estará operacional dentro de pouco tempo.

**Para uma cooperação sustentável e partilhada,  
é necessário afirmar as parcerias,  
estabelecer campos claros de intervenção e complementaridade,  
edificar projetos com prazos exequíveis e suficientes,  
insistir na importância da salvaguarda das nossas memórias comuns  
e também das nossas diferenças.  
E essa cooperação exige dos poderes públicos  
um claro entendimento das prioridades.**